

EM CENA UM ARQUIVO PESSOAL: relato de uma experiência didática

Marta Eloísa Melgaço Neves¹
Verona Campos Segantini²
José Francisco Guelfi Campos³

RESUMO: As reflexões compartilhadas neste trabalho derivam de experiência didática em andamento, realizada com alunos do curso de graduação em Arquivologia da Universidade Federal de Minas Gerais, cujo objetivo é descrever o arquivo do teatrólogo João das Neves e dotá-lo de condições que permitam sua abertura à consulta de pesquisadores e demais interessados. Neste sentido, procuramos discutir as peculiaridades dos chamados arquivos pessoais à luz dos princípios arquivísticos, além de descrever o processo de aquisição do arquivo e as intervenções realizadas ao longo de dois semestres letivos. Projetamos, ainda, os desdobramentos da iniciativa e o potencial do arquivo para a condução de novas experiências de ensino, pesquisa e extensão.

Palavras-chave: Arquivos pessoais. Acesso. Descrição arquivística. Experiência didática.

IN SCENE A PERSONAL ARCHIVE: report of a didactic experience

ABSTRACT: The reflections shared in this paper derive from an ongoing teaching experience carried out with Archival Science undergraduate students at the Federal University of Minas Gerais, which aims to describe the archives of João das Neves and provide it with the conditions to ensure access to users. In this sense, the features of the so-called personal archives are discussed in the light of the archival principles, the acquisition of the archives and the interventions made over two academic semesters are described. As a conclusion, we reflect on the continuity of this initiative and its perspectives for new teaching, research, and extension activities.

Keywords: Personal archives. Access. Archival description. Didactic experience.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como proposição apresentar algumas questões delineadas a partir de uma experiência didática desenvolvida no âmbito do Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Convém, de saída, frisar que as reflexões aqui compartilhadas não derivam de projeto formal de pesquisa, mas constituem o relato da

¹ Professora da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Ciência da Informação pela ECI-UFMG. E-mail: marta@eci.ufmg.br.

² * Professora da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutora em Educação pela FAE-UFMG. E-mail: veronasegantini@yahoo.com.br.

³ Professor da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre e doutorando em História Social pela FFLCH-USP. E-mail: jfgcampos@eci.ufmg.br.

experiência acumulada no dia a dia da condução de duas disciplinas ministradas no segundo semestre de 2017 e no primeiro de 2018, quais sejam, “Arquivos Pessoais e a Produção de Biografias” e “Práticas em Arquivos Pessoais”.

O que se pretende, portanto, é apresentar e discutir os desafios conceituais e metodológicos que se conformaram a partir destas experiências, que tiveram como objeto o trabalho prático com o arquivo do teatrólogo João Pereira das Neves Filho, doado recentemente à universidade. Neste sentido, exploramos em linhas gerais a trajetória do teatrólogo, destacando os principais eventos que constituem sua biografia; procuramos discutir as características e peculiaridades dos chamados arquivos pessoais em face da teoria arquivística, passando, em seguida, para o relato propriamente dito das atividades levadas a cabo. Mais que achados definitivos, apresentamos, a modo de fechamento, questionamentos em torno dos dilemas enfrentados e dos desdobramentos da experiência didática, no sentido de refletir sobre o complexo desafio de introduzir, no modelo de formação dos futuros arquivistas, a articulação entre teoria e prática.

2 JOÃO DAS NEVES: trajetória

A trajetória desse artista, nascido em 1934 no Rio de Janeiro, entrelaça-se com importantes momentos da história do país. Desempenhando várias funções do campo teatral, tais como direção, cenografia, atuação e produção, seu arquivo pessoal revela aspectos do exercício profissional e de sua produção intelectual e artística. João das Neves formou-se ator e diretor pela Fundação Brasileira de Teatro (FBT) na década de 1950 e, ainda no início da década seguinte, vinculou-se ao Centro Popular de Cultura (CPC), ligado à União Nacional dos Estudantes (UNE), que reunia diferentes expressões e linguagens artísticas. Atuando em diferentes frentes – cinema, música, filosofia e teatro –, o CPC tinha como propósito o engajamento da arte nas questões sociais e políticas nacionais, envolvendo para isso, trabalhadores e as camadas mais populares da sociedade. Nessa direção, João das Neves se envolveu com o projeto do teatro de rua. Posto na ilegalidade após o golpe de 1964, alguns dos integrantes do CPC fundam o Grupo Opinião (1964-1984). Marcado pela resistência à ditadura e tendo João das Neves na direção de peças importantes como *O Último Carro* (1976), o grupo teatral se desfez no início dos anos de 1980.⁴

⁴ Aspectos da biografia de João das Neves podem ser consultados em Batista (2016) e na Enciclopédia Itaú Cultural (ver referências).

Nos anos que se seguiram, João das Neves vive alguns no Acre, contribuindo para a constituição do Grupo Poronga, voltado para a encenação de espetáculos engajados em questões ambientais. Nos anos de 1990, transfere-se para Minas Gerais e se instala na cidade de Lagoa Santa, quando passa a trabalhar em parceria com a cantora Titane e dirige vários espetáculos.

Essa trajetória profissional de relevo para a história do teatro nacional justifica o interesse acadêmico pela aquisição do arquivo pessoal de João das Neves pela UFMG. Processo concluído em 2017, o acervo foi incorporado à Biblioteca Universitária, ficando sob a guarda da Divisão de Coleções Especiais e Obras Raras (DICOLESP). É composto de aproximadamente oito mil itens, dentre os quais se destacam fotografias, cadernos de viagens, peças teatrais, croquis de cenários, materiais audiovisuais e recortes de jornais.

3 OS ARQUIVOS PESSOAIS E A TEORIA ARQUIVÍSTICA

No campo da Arquivologia, ainda não se observa consenso a respeito do estatuto “arquivístico” dos conjuntos de documentos acumulados por indivíduos. Se, por um lado, há quem neles reconheça a manifestação dos atributos de naturalidade, organicidade e imparcialidade (CAMARGO, 2009; CAMARGO; GOULART, 2007), por outro, há quem defenda que estes conjuntos documentais não passam de coleções (DELGADO-GÓMEZ, 2014; CALLEJA, 2007). Em debate com Terry Cook, Heloísa Bellotto (1998) notou o sensível aquecimento das discussões acerca da natureza e das características dos chamados arquivos pessoais. Vinte anos depois, ainda há muito que explorar.

Eivados de contornos fluidos e, não raro, compostos por documentos produzidos em suportes e formatos inusitados, os arquivos pessoais, com as suas peculiaridades, têm dado margem a todo tipo de especulações. A ilusão de que os documentos constituam canais de acesso direto à intimidade ou aos aspectos obscuros da vida privada dos indivíduos faz com que certos autores considerem os arquivos como “albergues da memória” ou como “repositórios de memória realocada” (ASSMANN, 2011; ESCOBEDO, 2006). Posição mais capciosa é aquela que tende a associar os arquivos pessoais a um investimento social. Neste sentido, os arquivos equivaleriam a uma narrativa, como quis a australiana Sue McKemmish (1996), corresponderiam a um “legado”, um projeto minuciosamente arquitetado com vistas à projeção de determinada autoimagem para a posteridade, como formulou Luciana Heymann

(2012), ou seriam dotados de uma “feição construída, de artifício, de montagem”, como afirmou Reinaldo Marques (2015, p. 21).

No entanto, segundo Laura Millar (2006), os documentos não são capazes de falar por seus produtores, não representam, por si sós, a memória dos indivíduos, embora sejam utilizados como gatilhos para a ativação dos processos de rememoração do passado. Ana Maria Camargo (2015), em ensaio dos mais instigantes, desmistificou a suposta capacidade dos arquivos de promover determinadas versões dos fatos, reforçando sua imparcialidade⁵ quando afirma, de forma provocativa, que “arquivos não falam”. E se é bem verdade que os arquivos não contêm bombas ou tesouros escondidos, como defendeu Angelika Menne-Haritz (1999), isso não basta para que se advogue em favor de sua “desnaturalização”: convém, antes de destilar narrativas ou denunciar a “farsa” dos arquivos, refletir sobre as razões que levam os indivíduos a produzir, receber e acumular documentos.

Todas as pessoas – ricas ou pobres, anônimas ou famosas – acumulam documentos ao longo de suas vidas. Muitas vezes, sequer se dão conta disso ou enxergam em seus arquivos um apelo especial, capaz de suscitar o interesse de outras pessoas. Darcy Ribeiro, um dos mais destacados sociólogos brasileiros, de acordo com o que contou Cláudia Zarvos, sua ex-esposa, não vislumbrava em seu próprio arquivo “um ‘valor em si’ ou um patrimônio que pudesse interessar à posteridade”, ao contrário do que pensava de sua biblioteca pessoal, esta sim considerada por ele como representativa de seu perfil intelectual (HEYMANN, 2012, p. 128).

Ocorre que boa parte dos documentos acumulados pelos indivíduos tem a ver com o cumprimento dos deveres civis, a garantia de direitos, com a identificação formal na comunidade e no sistema jurídico em que vivem. Trata-se de documentos reconhecidamente “arquivísticos”, destinados a comprovar situações e regular a relação das pessoas com o Estado e com as instituições. Contudo, raramente os encontramos nos arquivos pessoais quando estes são adquiridos pelas instituições de custódia. Em geral, a faceta dos arquivos pessoais que se torna pública é mais sedutora, composta de documentos e objetos acumulados pelos indivíduos em virtude do exercício profissional ou de suas atividades nas áreas de atuação em que se notabilizaram, além daqueles supostamente capazes de revelar traços das

⁵ Mal compreendido pelos historiadores e também pelos arquivistas, o conceito de imparcialidade – elaboração sofisticada extraída do contraste entre as lógicas de produção e uso dos documentos – foi enunciado por Hilary Jenkinson ([1922] 1937, p. 12) e refere-se ao fato de que os documentos não são produzidos para atender os interesses alheios à sua funcionalidade imediata. Há quem o considere, inadvertidamente, um traço indesejado do positivismo: Lane e Hill (2011), por exemplo, não hesitaram em tachar de “neo-jenkinsonianos” autores que insistem em reafirmar a imparcialidade dos arquivos ou o compromisso do arquivista com a objetividade no desempenho das funções que caracterizam o tratamento documental.

malhas de seus relacionamentos sociais e amorosos, aspectos da personalidade e opções intelectuais.⁶

O processo de aquisição de um arquivo pessoal – é possível encontrá-los nos acervos de arquivos públicos, centros de memória, bibliotecas e museus – pressupõe, naturalmente, um movimento de seleção. Resulta ingênuo cogitar a possibilidade de obter um arquivo “total”, completo. Contudo, convém não perder de vista o atributo funcional que caracteriza os arquivos, inclusive aqueles de natureza pessoal, e os documentos que os compõem. A despeito das seleções operadas pelos próprios titulares ou pelos arquivistas, os conjuntos de documentos acumulados por indivíduos são marcados, no dizer de Camargo (2009, p. 36), de “natureza essencialmente instrumental”, razão pela qual mantêm, ao longo do tempo, a capacidade de refletir as atividades desempenhadas por seus titulares e os eventos por eles vividos,⁷ do que deriva sua condição probatória, completada pela naturalidade que preside a formação dos arquivos.

O conjunto dos documentos acumulados por João das Neves não escapa às peculiaridades que caracterizam os arquivos de natureza pessoal e seus contornos também não deixam de espelhar o processo de seleção a que foi submetido. Como todo arquivo, contém lacunas e silêncios, mas nem por isso deixa de espelhar, de forma consistente, a ampla gama de eventos e atividades que constituem trajetória de seu titular no universo da arte teatral. O fato de não conter documentos sensíveis, como diários íntimos ou cartas de amor,⁸ não implica a impossibilidade de vislumbrar aspectos da intimidade, do pensamento e da personalidade de seu titular: como bem notou Camargo (2003, p. 14), é inútil procurar “reservas de sentido” nos documentos de arquivo, cujo valor secundário permite que sejam utilizados justamente para fins muito diversos daqueles de caráter imediato que justificaram a sua produção.⁹

⁶ Marie-Anne Chabin (1999, p. 67-69), ao comparar aquilo que chamou “documento de nascença” e “documento de batismo”, definiu de maneira particularmente feliz a condição dos documentos que, destituídos do estatuto probatório, são guindados a tal condição por oferecerem testemunhos relevantes e fidedignos sobre o passado.

⁷ Luciana Duranti (1994) definiu os documentos de arquivo como a corporificação dos fatos. Para Angelika Menne-Haritz (1994), o documento é o fato. Geoffrey Yeo (2007), por seu turno, entende os documentos como representações persistentes de fatos, atividades e eventos. De um modo ou de outro, os autores exprimem a correspondência entre a atividade e o instrumento que torna possível sua execução, servindo-lhe de prova.

⁸ A experiência realizada com o arquivo da cantora lírica Julieta Telles de Menezes, pertencente ao Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, ilustra de maneira sugestiva a manutenção dos atributos funcionais de um fundo extremamente fragmentado e destituído de documentos a respeito da intimidade de sua titular. Ver Dolci e Oliveira (2017).

⁹ Neste sentido, Bertrand Müller (1994) extraiu da correspondência privada entre Marc Bloch e Lucien Febvre um testemunho singular a respeito da história dos *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, revista que agrupou os representantes do principal movimento historiográfico do século XX. Gerald Geison (2002), por sua vez, valeu-se do conteúdo dos cadernos de laboratório de Louis Pasteur para estudar não apenas a gênese de suas descobertas, mas para sondar traços até então desconhecidos da personalidade do cientista.

O fato de ter sido acumulado por um homem ligado tanto ao exercício criativo quanto à gestão de grupos de teatro que dirigiu por vinte anos dota o arquivo de fronteiras imprecisas: até que ponto é possível dissociar as iniciativas individuais das atividades desenvolvidas no plano coletivo? A questão incide sobre o ponto essencial da especificidade dos arquivos, o princípio da proveniência. O estudo do processo de acumulação documental, bem como da biografia do titular e das atividades que desempenhou ao longo de sua trajetória, no entanto, não deixam margem à dúvida: como querer separar criador e criatura? Neste sentido, nada mais natural que os documentos reflitam a sobreposição e o entrecruzamento das trajetórias de João das Neves e do Grupo Opinião.

Reconhecer o caráter instrumental e a condição orgânica dos conjuntos documentais de natureza pessoal implica, forçosamente, destinar-lhes tratamento afinado com os princípios que regem a teoria arquivística. Assim, o arranjo e a descrição revestem duplo desafio: de um lado, delimitar as categorias contextuais, operando no circuito fechado entre o documento e a razão funcional que determinou sua produção, isto é, a atividade por ele viabilizada ou comprovada, do que depende, segundo Camargo e Goulart (2007, p. 50),

A manutenção, ao longo do tempo, da capacidade especular dos documentos em relação à entidade que os acumulou; de outro, identificar adequadamente os tipos documentais, segundo os quais é possível estabelecer as séries documentais e exprimir, no instrumento de pesquisa, o potencial informativo dos itens que compõem o arquivo. (CAMARGO; GOULART, 2007, p. 50).

4 RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA DIDÁTICA

No currículo do Curso de Graduação em Arquivologia da Escola de Ciência da Informação da UFMG (ECI-UFMG), a matéria “arquivos pessoais” não compõe a grade de disciplinas obrigatórias. Contudo, o tema tem sido abordado em disciplinas optativas. No segundo semestre letivo de 2013, o professor Adalson de Oliveira Nascimento ministrou pela primeira vez a disciplina “Arquivos Pessoais”. O programa de ensino apresentado por este professor registra o seu propósito de discutir o conceito de arquivo pessoal, estudar experiências de instituições de custódia na organização e difusão desses arquivos. Também se destacam, no mesmo programa de ensino, os objetivos de refletir sobre os significados dos arquivos pessoais na contemporaneidade a partir dos estudos micro-sociais e da valorização do indivíduo, além de estudar os princípios metodológicos que orientam o tratamento dos arquivos pessoais.

A bibliografia selecionada para dar suporte à atividade de ensino demonstra que o professor identificou autores que atuam tanto no âmbito nacional quanto internacional. De modo geral, os temas abordados nos textos que compõem a bibliografia se articulam a partir de três aspectos: a problematização do conceito de arquivo pessoal; relatos de experiências de arranjo e descrição desenvolvidas sob a orientação da teoria e metodologia da arquivística e reflexões que atestam a relevância dos arquivos pessoais para a produção do conhecimento de caráter historiográfico. Ao analisar este programa de ensino, uma última observação se impõe: a de que as ações desenvolvidas por instituições como o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas e o Instituto Fernando Henrique Cardoso foram tomadas como referência.

Quatro anos se passaram e, no segundo semestre de 2017, novamente uma disciplina abordando a temática dos arquivos pessoais foi proposta no curso Arquivologia da ECI-UFMG. Desta vez, o título dado à disciplina foi “Arquivos Pessoais e a Produção de Biografias”, indicando a intenção de ampliar o escopo de abordagem. Ou seja, para além de se dedicar aos tópicos tradicionais sobre arquivos pessoais, quando tratados sob o enfoque da Arquivologia, se buscava também identificar o significado destes para os cientistas sociais que se ocupam da produção de biografias. Partiu-se do pressuposto de que, a partir da década de 1980, transformações expressivas ocorreram no campo da pesquisa histórica; a importância das experiências individuais foi novamente colocada em destaque, provocando novas discussões sobre o papel dos atores sociais. Nessa atmosfera de debates, Marieta Ferreira, ao apresentar a coletânea organizada por Avelar e Schmidt (2012, p. 9) sobre os processos da escrita biográfica, destaca a importância de focalizar as “reflexões teórico-metodológicas e historiográficas, relatos que retratam os bastidores das pesquisas e textos sobre a experiência de trabalhos com biografias”.

No programa da disciplina, registrou-se a necessidade de aproximação com a Crítica Genética, uma vez que a consulta ao arquivo pessoal de escritores se constitui em um dos fundamentos que norteiam o desenvolvimento da análise. O destaque à Crítica Genética também se justifica pelo fato de haver, na UFMG, um programa desenvolvido pela Faculdade de Letras que se dedica à custódia de arquivos pessoais de literatos mineiros. Vale observar que, no espaço da cidade de Belo Horizonte, este é o único programa que se dedica de forma regular à aquisição e custódia de acervos de caráter pessoal. Outras instituições como o Arquivo Público Mineiro, Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, Museu Mineiro, Academia Mineira de Letras, e a Biblioteca Pública do Estado de Minas Gerais possuem a

custódia de arquivos pessoais, no entanto, não consolidaram políticas que contemplem essa modalidade de acervo.

Ao se elaborar o programa da disciplina para o segundo semestre letivo de 2017 tinha-se em mente a necessidade de demonstrar que os arquivos pessoais carregam um forte apelo social, na medida em que podem subsidiar estudos com diversificados propósitos. Assim, para conduzir as atividades didáticas do curso foram apresentados os seguintes objetivos: explicitar a importância dos arquivos pessoais como fonte que proporciona o conhecimento do seu acumulador na consecução de suas atividades cotidianas, em sua malha de relacionamentos familiares e sociais; explicitar a importância dos arquivos pessoais como fonte importante para estudos mais amplos a respeito de determinados aspectos da realidade social, científica e artística; explicitar a importância da concepção e implantação de políticas voltadas para a aquisição, preservação e difusão de arquivos pessoais. Quanto à bibliografia selecionada para dar suporte às atividades de ensino, destacam-se as obras que podem ser classificadas como clássicas pelos profissionais que atuam na área da Arquivologia, bem como de pesquisadores que vem se dedicando ao estudo das biografias.

Analisar os programas apresentados para orientar o desenvolvimento de disciplinas que tratam dos arquivos pessoais no curso de Arquivologia da ECI-UFMG não esgota a intenção desse relato. Afinal, programas de ensino refletem muito mais as intenções de uma equipe docente do que a realidade da sala de aula, razão pela qual não são capazes de revelar a complexidade de uma experiência didática. Nesta perspectiva, nos interessa relatar alguns aspectos que se seguiram à apresentação do programa aos alunos das turmas que cursaram a disciplina no segundo semestre letivo de 2017 e no primeiro de 2018.

O primeiro registro que deve ser feito é que tanto o desenvolvimento do programa de ensino quanto o desenvolvimento das aulas contaram com a participação de três professores: uma que se responsabilizou diretamente junto ao Colegiado do Curso de Arquivologia, um professor que foi convidado a participar devido a sua atuação direta com os arquivos pessoais e uma professora do curso de Museologia que, devido a sua experiência com estes arquivos, também aceitou o convite para colaborar com o desenvolvimento do curso. Logo após as primeiras aulas, no segundo semestre de 2017, ocorreu uma proposta de alteração na forma de condução do curso. Avaliou-se que a introdução de ações que buscassem superar a dicotomia entre teoria e prática se fazia necessária. Os habituais recursos de aulas expositivas, leitura de

textos, apresentação de seminários e a realização de visitas técnicas as instituições que possuem a custódia de arquivos pessoais não seriam suficientes.¹⁰

Com o objetivo de definir outras rotinas para a disciplina, e convencidos da necessidade de introduzir atividades que se articulassem à prática genuína com os arquivos, agendamos uma reunião com a diretora da Divisão de Coleções Especiais e Obras Raras (DICOLESP) do Sistema de Bibliotecas da UFMG, Diná Marques Pereira Araújo, que¹¹ se mostrou, de imediato, sensibilizada e propôs o desenvolvimento de uma ação conjunta voltada para o tratamento do arquivo pessoal de João das Neves, que acabava de ser adquirido pelo setor. Assim, acordou-se que seria formada uma equipe articulada em torno do objetivo mais amplo de desenvolver um conjunto de ações fundamentadas na teoria arquivística que garantissem formas de acesso ao fundo do dramaturgo. Deste modo, as propostas de desenvolvimento do programa de ensino foram alteradas no que dizia respeito ao desenvolvimento de atividades e às formas de avaliação.

Quanto ao desenvolvimento das atividades de ensino, acertou-se que o número de aulas expositivas seria reduzido, e que estas se concentrariam em discutir os conceitos pertinentes aos arquivos pessoais, privilegiando principalmente as nuances de transformações que esse conceito tem sofrido ao longo do tempo. A análise da produção bibliográfica sobre os arquivos pessoais também foi tratada em aulas expositivas, orientada por dois aspectos. O primeiro, discutindo autores que refletem sobre os desafios do arranjo e descrição a partir dos princípios da arquivologia; o segundo aspecto consistiu em destacar relatos de pesquisadores que buscaram a partir dos arquivos pessoais “expandir o registro documental dos autores como tentativa de recuperar estágios pré-textuais e estágios pré-vivenciais” (SOUZA, 2008, p. 123).

Em seguida, as atividades passaram a ser desenvolvidas no espaço da Divisão de Coleções Especiais da Biblioteca Universitária. No primeiro encontro, a diretora Diná Marques apresentou aos alunos os vários suportes que compõem o arquivo, em seguida relatou todo o processo de sua aquisição. Descreveu os trâmites que foram necessários cumprir, por determinação da Procuradoria Jurídica da UFMG (PJ), para concretizar a aquisição: identificação da autoria dos documentos fotográficos, tendo em vista a preservação de direitos autorais e a elaboração de um inventário contendo a identificação de todas as peças que compõem a parcela do arquivo a ser doada. Convém observar que estas demandas foram

¹⁰ Heloisa Bellotto (2017) teceu expressivas considerações a respeito da relação entre teoria e prática nos cursos de arquivologia.

¹¹ A diretora da DICOLESP, Diná Marques Pereira Araújo, possui graduação em Biblioteconomia e mestrado em Ciência da Informação.

realizadas pelo donatário, e que o inventário consistiu em um arrolamento sumário que não se confunde com o instrumento de pesquisa resultante do processo de descrição dos arquivos permanentes.

Estas ações, desenvolvidas a partir das demandas da PJ da UFMG, ofereceram condições para que a equipe discutisse duas questões. Em primeiro lugar, a importância de estabelecer interlocução com profissionais da área jurídica para conferir segurança ao processo de aquisição e obter amparo em questões que envolvem a guarda permanente, propriedade, direitos autorais e na definição das condições de acesso ao acervo. O segundo problema debatido foram os procedimentos relativos à elaboração do arrolamento sumário que, de acordo com o relato da diretora da DICOLESP, se deu concomitantemente à execução de procedimentos de higienização mecânica¹² e de acondicionamento do arquivo em pastas e caixas especialmente confeccionadas para comportar a variedade de formatos dos documentos, que atualmente se encontram em reserva técnica que atende aos requisitos da conservação preventiva.

Este arrolamento foi sistematizado em planilha eletrônica constituída pelos seguintes campos: série, notação, item, data, local, quantidade, descrição, responsabilidade (autoria), tipologia (material/inscrição) e conservação. Vale ressaltar que, segundo enfatizou a diretora da DICOLESP, que neste processo de identificação do arquivo não se observaram as normas preconizadas pela Arquivologia devido ao curto espaço de tempo para a entrega do trabalho à Procuradoria Jurídica e à impossibilidade de contar com arquivistas para a realização desta tarefa.

Diante deste quadro, definiu-se que a equipe de trabalho realizaria como atividade básica a conferência das planilhas, cumprindo a uma demanda da PJ, que requisitava este procedimento. Na execução dessa atividade, o contato direto com os documentos possibilitou discutir estratégias de abordagens do arquivo na perspectiva dos princípios arquivísticos, ou seja, buscando recuperar o contexto de produção dos documentos e reconhecer as espécies e os tipos documentais que compõem o arquivo. Nesse processo, refletiu-se sobre o complexo papel das biografias como material de apoio para organização de um arquivo pessoal. Foi possível distinguir que o levantamento de dados biográficos do titular é procedimento essencial para conhecer sua trajetória. Contudo, o manuseio dos documentos permite exceder

¹² A higienização mecânica trata da eliminação de todas as sujidades que se encontram nos documentos e dos agentes considerados agressores, tais como: os cliques oxidados ou não, excrementos de insetos, grampos metálicos, itens generalizados utilizados como marcadores de páginas, poeiras e todos os elementos espúrios à estrutura física dos documentos (SPINELLI; BRANDÃO; FRANÇA, 2011).

o potencial informativo das biografias, identificando atividades, eventos e outros elementos que, sistematizados sob a forma de uma cronologia, concorrem para a delimitação das categorias contextuais pelas quais é possível estruturar o arranjo do arquivo.

Essa discussão a respeito da importância das biografias no processo de organização de arquivos pessoais acabou por articular o desenvolvimento de uma atividade de avaliação, que consistiu na apresentação de cronologias das atividades desempenhadas por João das Neves e dos eventos por ele vivenciados, produzidas a partir de pesquisa bibliográfica e considerando, sobretudo, os documentos do arquivo.

Acreditamos que tais discussões são expressivas no que diz respeito a dotar os alunos de capacidade crítica para retornar à bibliografia e perceber com maior clareza as divergências existentes no que diz respeito à metodologia e aos conceitos e que orientam a abordagem nos arquivos pessoais.

As atividades práticas desenvolvidas junto ao arquivo de João das Neves estiveram circunscritas à conferência das planilhas que conformaram o arrolamento demandado pela Procuradoria Jurídica da UFMG, tendo sido concluído o trabalho com os documentos de gênero textual. Os documentos iconográficos, sonoros, e audiovisuais que compõe o arquivo serão objeto de identificação futura. É importante ressaltar que embora não tenha sido possível realizar a descrição e elaborar um instrumento de pesquisa para a parcela do arquivo já conferida e identificada, o exercício levado a cabo ao longo desses dois semestres letivos permite à equipe projetar os desdobramentos no sentido de dotar o arquivo das condições necessárias para sua abertura à consulta do público.

A despeito de tratar-se de um trabalho ainda em andamento, é possível avaliar a experiência como significativa em sua dimensão didático-pedagógica, ressaltando a positiva interação da equipe composta pelos alunos, os técnicos administrativos em educação que atuam na DICOLESP e os professores. A articulação do conhecimento teórico com a vivência das atividades práticas contribuiu para consolidar conceitos e perceber problemas que estimulam reflexões e ampliam as perspectivas de compreensão dos objetos material e formal do campo arquivístico.

5 DESDOBRAMENTOS E PROJEÇÕES

A experiência, bem avaliada pela equipe e contando com a receptividade e o apoio da DICOLESP, terá continuidade no segundo semestre de 2018. No plano das atividades práticas, será preciso avançar na conferência dos documentos de gênero audiovisual, iconográfico e sonoro, de modo a atender completamente as demandas da PJ da UFMG.

O trabalho já realizado com os documentos textuais descortina de imediato a possibilidade de pesquisar a tipologia documental derivada das atividades teatrais. O acervo também pode ser objeto das mais diversas disciplinas oferecidas na Arquivologia, bem como de outras atividades de pesquisa e extensão relacionadas às mais diversas áreas do conhecimento. Para além de testemunho da trajetória de seu titular, certos documentos, tais como croquis de cenário, diários de viagens ilustrados, fotografias, produção audiovisual dotados de expressivo apelo estético estimulam, quase que naturalmente, a reflexão sobre outras formas de difusão diversas daquelas geralmente praticadas pelas instituições arquivísticas. Nesse sentido, abre-se a possibilidade de um diálogo promissor com a Museologia, destacando as possibilidades de extroversão que o acervo anuncia.

REFERÊNCIAS

- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Trad. Paulo Soethe. Campinas: Ed. Unicamp, 2011.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicionais: debate com Terry Cook. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 201-207, 1998.
- _____. O preparo didático dos professores de arquivologia. In: ANDRADE, Ana Célia Navarro (org.) **Arquivos, entre tradição e modernidade**. Volume 2. 2 ed. rev. ampl. São Paulo: ARQ- SP, 2017, p. 490-495.
- BLOCH, Marc; FEBVRE, Lucien. Correspondance. Tome I: **La naissance des Annales, 1923-1933**. Édition établie, présentée et annotée par Bertrand Müller. Paris: Fayard, 1994.
- CALLEJA, Mireya. **¿Archivos privados o colecciones? Fuentes primarias para la investigación de la identidad**. In: CONGRESO DE ARCHIVOLOGÍA DEL MERCOSUR, 7, Viña del Mar, 21 al 24 de noviembre de 2007, 17 p. (original cedido pela autora)
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais**. São Paulo: iFHC, 2007.
- _____. Arquivos não falam. In: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; VASCONCELLOS, Eliane. **Arquivos pessoais e cultura: uma abordagem interdisciplinar**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015, p. 11-13.

_____. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, ano 45, n. 2, p. 26-39, jul./dez., 2009.

_____. Sobre o valor histórico dos documentos. **Arquivo Rio Claro**, Rio Claro, n. 1, p. 11-15, 2003.

CHABIN, Marie-Anne. **Je pense donc j'archive: l'archive dans la société de l'information**. Paris: L'Harmattan, 1999.

DELGADO-GÓMEZ, Alejandro. **Los archivos personales o el archivero domado**. Tabula, Salamanca, n. 17, p. 75-84, 2014.

DOLCI, Mariana de Carvalho; OLIVEIRA, Ricardo Godói de. Radiografia de uma experiência: o arquivo de Julieta Telles de Menezes. In: ANDRADE, Ana Célia Navarro de (org.). **Arquivos, entre tradição e modernidade**. Volume 2. 2 ed. rev. ampl. São Paulo: ARQ-SP, 2017, p. 96-102.

DURANTI, Luciana. **The concept of appraisal and archival theory**. The American Archivist, Chicago, v. 57, n. 2, p. 328-344, 1994.

ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL. João das Neves. **Apresenta a biografia do teatrólogo e depoimentos**. Disponível em:
<<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa20122/joao-das-neves>>. Acesso em: 30 de maio 2018.

ESCOBEDO, Joana. Los caminos de la memoria. Archivos personales. In: **Seminario de Archivos Personales**, Madrid, 26 a 28 de mayo de 2004. Madrid: Biblioteca Nacional, 2006, p. 55-79.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Apresentação. In: AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (org.). **Grafia da vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica**. São Paulo: Letra e Voz, 2012, p. 7-12.

GEISON, Gerald. **A ciência particular de Louis Pasteur**. Rio de Janeiro: Contracapa, Fiocruz, 2002.

HEYMANN, Luciana Quillet. **O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: Contra Capa, Faperj, 2012.

JENKINSON, Hilary. **A manual of archival administration**. 2 ed. London: Percy Lund, Humphries & Co., 1937.

LANE, Victoria; HILL, Jennie. What do we come from? What are we? Where are we going? Situating the archive and archivists. In: _____ (ed.) **The future of archives and recordkeeping: a reader**. London: Facet, 2011, p. 3-22.

MARQUES, Reinaldo. **Arquivos literários: teorias, histórias, desafios**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2015.

McKEMMISH, Sue. Evidence of me. **Archives and Manuscripts**, Canberra, v. 24, n. 1, p. 28-45, 1996.

MENNE-HARITZ, Angelika. Appraisal or selection: can a content orientated appraisal be harmonized with the principle of provenance? In: **The principle of provenance: report from**

the First Stockholm Conference on Archival Theory and the Principle of Provenance: 2-3 September 1993. Stockholm: Riksarkivet, 1994, p. 103-131.

_____. Die Verwaltung und ihre Archive: Überlegungen zur Latenz von Zeit in der Verwaltungsarbeit. **Verwaltung & Management**, Hannover, v. 5, n. 1, p. 4-10, 1999.

MILLAR, Laura. Touchstones: **considering the relationship between memory and archives**. Archivaria, Ottawa, n. 61, p. 105-126, Spring 2006.

SOUZA, Eneida Maria de. A biografia, um bem de arquivo. **Alea**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 121-129, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/alea/v10n1/v10n1a09.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2018.

SPINELLI, Jayme; BRANDÃO, Emiliana; FRANÇA, Camila. Manual Técnico de Preservação e Conservação: documentos extrajudiciais CNJ. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, Ministério da Cultura, Fundação Biblioteca Nacional, 2011. **(Minuta)**. Disponível em: <<https://folivm.files.wordpress.com/.../manual-an-bn-cnj-2011-c3baltima-versc3a3o-2p>>. Acesso em: 30 maio 2018.

YEO, Geoffrey. Concepts of record (1): **evidence, information, and persistent representations**. The American Archivist, Chicago, v. 70, n. 2, p. 315-343, 2007.